

A EXPANSÃO URBANA DA CIDADE DO SALVADOR E OS SEUS MANANCIAIS: estabelecendo paralelos

Cristiane Sarno Martins dos Santos / Universidade Salvador – UNIFACS; cristiane.sarno@gmail.com

Liliane F. Mariano da Silva / Universidade Estadual da Bahia – UNEB; liliane@mariano@lognet.com.br

Márcia Maria Couto Mello / Universidade Salvador – UNIFACS; mellomarcia@uol.com.br

RESUMO

O sítio escolhido para implantação da cidade de Salvador se caracteriza por ser um reservatório natural de águas, sempre renovadas pelo clima úmido e pelo elevado índice pluviométrico. A população de Salvador que no início do século XX não chegava a 300 mil habitantes, no final ultrapassava dois milhões. Por outro lado, ao tempo em que a área urbana se amplia, a cidade segue em busca de atender às demandas de água da sua população, porém deixando para trás problemas ambientais de grande monta. Utilizando-se de fontes secundárias, este estudo descreve, a partir de recortes temporais, como ocorreu o abastecimento d'água nesta cidade. Sua expansão física e populacional deu-se associada ao desenvolvimento econômico, entretanto, as políticas de abastecimento hídrico não corresponderam às necessidades da sua população ao longo dos séculos, impactando assim de forma negativa na sua qualidade ambiental, confirmando um processo de urbanização perverso, marcado pela exclusão social.

Palavras-chave: recursos hídricos em Salvador; expansão territorial; planejamento urbano.

ABSTRACT

The site chosen for the implantation of the city of Salvador characterizes for being a natural water reservoir, always renewed by the humid climate and the elevated pluviometer index. Salvador's population that, in the beginning of 20th century didn't reach 300 thousand habitants, in the end would pass 2 millions. On the other hand, while the urban area grows, the city seeks to supply the water demands of its population, although leaving behind large scale environmental problems. Utilizing second sources this study describes, from time periods, how the water supply occurred in this city. The physical and population expansion were given to economic development, however the water supply politics didn't correspond the needs of its population out the centuries impacting in a negative way on its environment quality, and witch means we satiate a perverse process of urbanization, marked by social exclusion.

Key words: water resources in Salvador; territorial expansion; urban planning.

1 O SÍTIO ORIGINAL DA CIDADE-FORTALEZA, SEUS MANANCIASIS, LAGOAS E RIOS

O Regimento do Rei de Portugal, D. João III, ao Primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, é preciso quanto às características do sítio onde deveria erguer-se a Cidade de Salvador: "(...) deve ser em sítio sadio e de bons ares e que tenha **abastança de auguas** e porto (...)" (Azevedo, 1924 *apud* UFBA, 1998:24, grifo nosso).

De acordo com estudo realizado pela Universidade Federal da Bahia – UFBA (1998), o subsolo do sítio escolhido para implantação da cidade de Salvador é um verdadeiro reservatório de água. A base cristalina do *horst*¹ é impermeável, enquanto a espessa camada do solo resultante da sua decomposição é porosa, servindo de reservatório para as águas sempre renovadas pelo clima úmido e pelo elevado índice pluviométrico.

Fundada pelos portugueses para ser sede do poder na Colônia em 1549, situada no centro da extensa costa brasileira, Salvador, cidade em formato de grande península voltada para a Baía de Todos os Santos, é banhada pelo mar ao Sul, Leste e Oeste. A escolha pelo local deu-se inicialmente pela possibilidade de facilmente abastecer com as águas potáveis dos mananciais os navios europeus que ancoravam com segurança nas águas calmas da Baía de Todos os Santos (Gordilho-Souza, 2008). Implantada no alto de uma encosta íngreme, seus mananciais, localizados ao Norte, abasteciam navios europeus voltados para a exploração de madeiras nobres, como o pau-brasil. Com suas lagoas e rios, abastecia os seus habitantes com suas fontes de águas naturalmente filtradas e ricas em sais minerais.

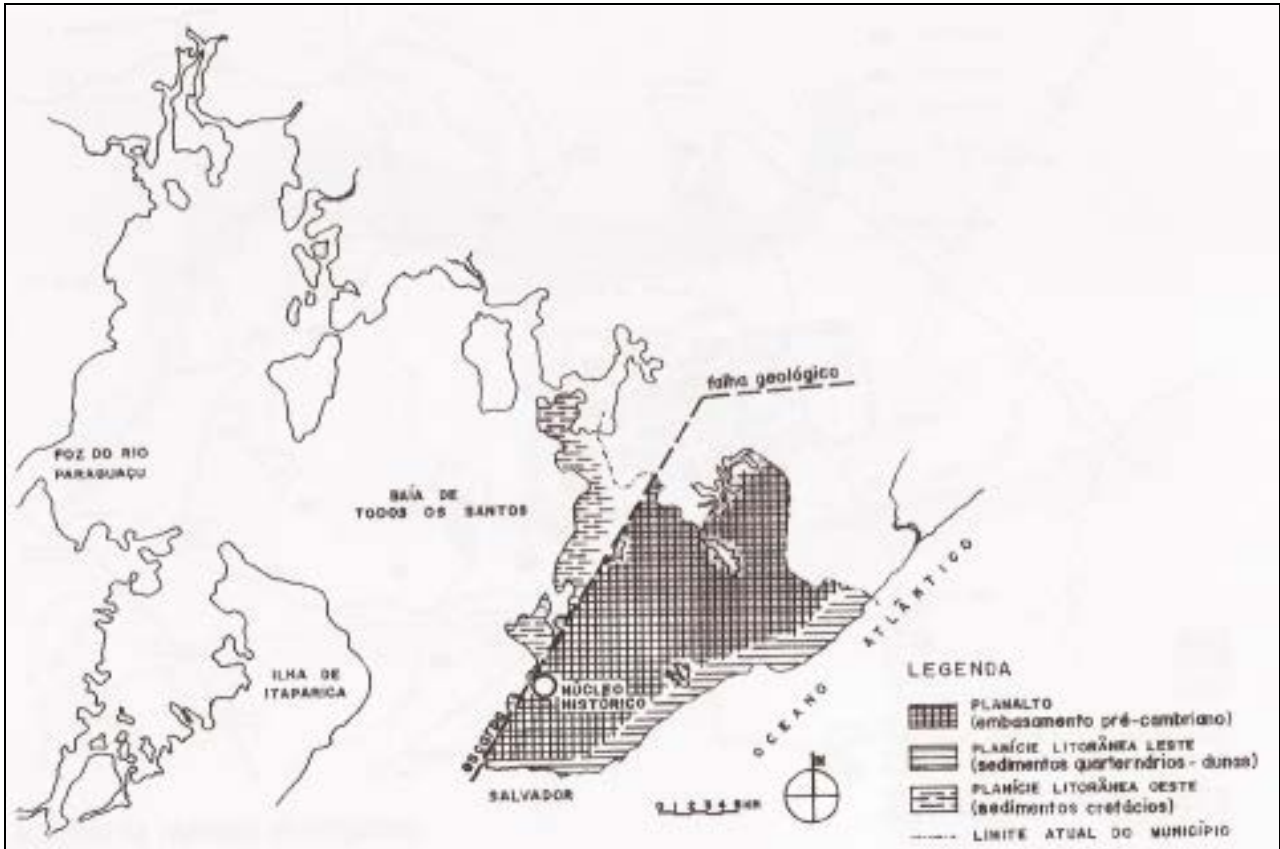
Gordilho-Souza (2008) descreve as principais características do sítio natural, sobre o qual a cidade originou-se, como um conjunto de sucessivas colinas no entorno da Baía de Todos os Santos. Uma área acentuadamente escarpada, integrante de uma península, à entrada da baía, situada entre uma estreita faixa de área plana ao longo da borda do mar, que vem constituir a Cidade Baixa e, logo acima, uma relativamente ampla área de cumeada, onde foi edificada a cidade murada, origem do atual Centro Histórico, na Cidade Alta.²

Possibilitando o atendimento das funções primordiais de proteção da cidade-fortaleza, a escarpa constitui um trecho de extensa falha geológica, a Falha de Salvador.

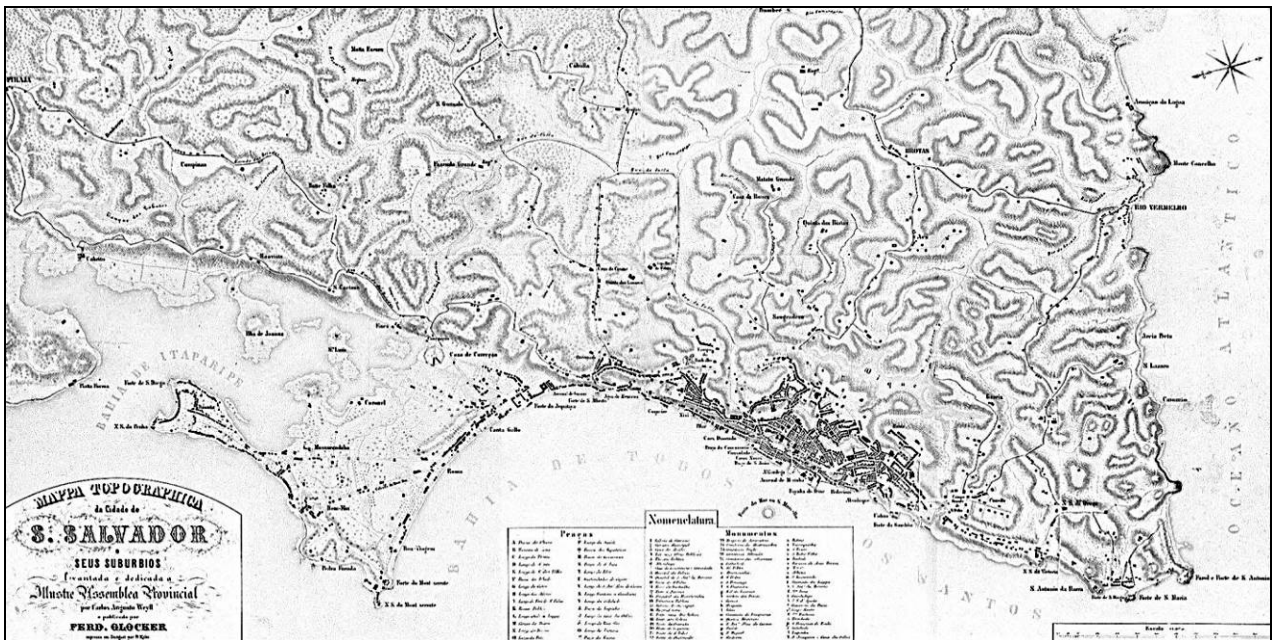
Conforme pode ser observado nas figuras que se seguem, a falha se estende desde o vértice da península, onde se localiza o Forte de Santo Antônio, Farol da Barra, prolongando-se paralelamente ao longo da costa da Baía até ultrapassar os atuais limites ao Norte do Município, onde continua em direção a Leste. Diferenças em relação à natureza do solo e ao tipo de relevo são observadas entre as áreas resultantes desse corte. Na figura abaixo, pode-se observar a porção que se encontra basicamente ao nível do mar margeia a Baía e é formada por uma estreita planície a Oeste. A porção que apresenta alturas máximas de 70m constitui um planalto, de topografia acidentada, formado por colinas entrecortadas por lagoas e riachos, que decrescem de altitude à medida que avançam em direção ao Oceano Atlântico, para formar a planície litorânea Leste.

¹ Da Geografia Física: bloco de território elevado em relação ao território vizinho por ação de movimentos tectônicos.

² Cabe comentar que a referida escarpa, que divide a cidade em dois planos, é o frontispício edificado que construiu a mais importante imagem iconológica da Cidade de Salvador, desde a sua fundação. A acessibilidade entre os planos deu-se inicialmente através de uma ladeira íngreme e escorregadia. Em 1873, foi inaugurado um elevador que, em 1930, foi renomeado como Elevador Lacerda, teve a sua engenharia revista e a sua estética redefinida, confirmando o potencial imagético da escarpa.



Situação esquemática do sítio natural de Salvador (Santos, 2011)



Sítio de Salvador, 1850 (Weill, 1851 *apud* Gordilho-Souza, 2008)

Santos (2011), cita que conforme os estudos efetuados pelo Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social da UFBA e da Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia, em 2010, o sítio no qual o município de Salvador está implantado se caracteriza pelas seguintes bacias:

- Bacia Hidrográfica do Rio dos Seixos;
- Bacia Hidrográfica de Ondina;
- Bacia Hidrográfica do Rio Lucaia;
- Bacia Hidrográfica do Rio Camaragipe;
- Bacia Hidrográfica do rio Passa Vaca;
- Bacia Hidrográfica do rio Jaguaribe;
- Bacia Hidrográfica do rio do Cobre;
- Bacia Hidrográfica do rio Paraguari;
- Bacia Hidrográfica do rio Ipitanga;
- Bacia Hidrográfica dos rios da Ilha de Maré;
- Bacia Hidrográfica dos rios da ilha dos Frades.

Ainda segundo o mesmo estudo (ibidem), Salvador possui 41 fontes, das quais, atualmente 5 estão desativadas, 8 pertencem aos Terreiros de Candomblé e as demais são públicas.

2 OS SÉCULOS SEQUENTES À FUNDAÇÃO DA CIDADE

A área urbana de Salvador se amplia em direção ao conjunto de colinas ao Leste, nos dois séculos seguintes à sua fundação, correspondendo aos bairros do Desterro, Palmas e Saúde, enquanto se alonga na direção Norte, compreendendo Santo Antônio Além do Carmo, e Sul, Barra, então Vila do Pereira. De acordo com Santos (1959), a Cidade passa a ser o centro da Região do Recôncavo, essencialmente produtora de açúcar e fumo.

Quanto ao abastecimento d'água, a Fonte de Nossa Senhora das Graças, localizada nas terras de Diogo Alvarez Correa, o Caramuru, ainda que não fosse utilizada para o abastecimento da população, é a primeira com registro histórico (EMBASA, 2003). Outras fontes de água são descobertas nesse período: a Fonte do Pereira, na Ladeira da Misericórdia; a Fonte dos Padres, na Ladeira do Taboão, que captava água de cinco diferentes mananciais e abastecia o Colégio da Ordem dos Jesuítas e o entorno das Portas do Carmo, além de embarcações fundeadas na Baía; e também a Fonte das Pedreiras, na Ladeira da Preguiça, no bairro de Nazaré. Havia ainda, uma fonte que abastecia a Quinta do Tanque, casa de repouso dos jesuítas que possuía água encanada em todos os seus aposentos. Esses eram os principais mananciais de abastecimento da cidade nos séculos XVI e XVII (EMBASA, 2003).

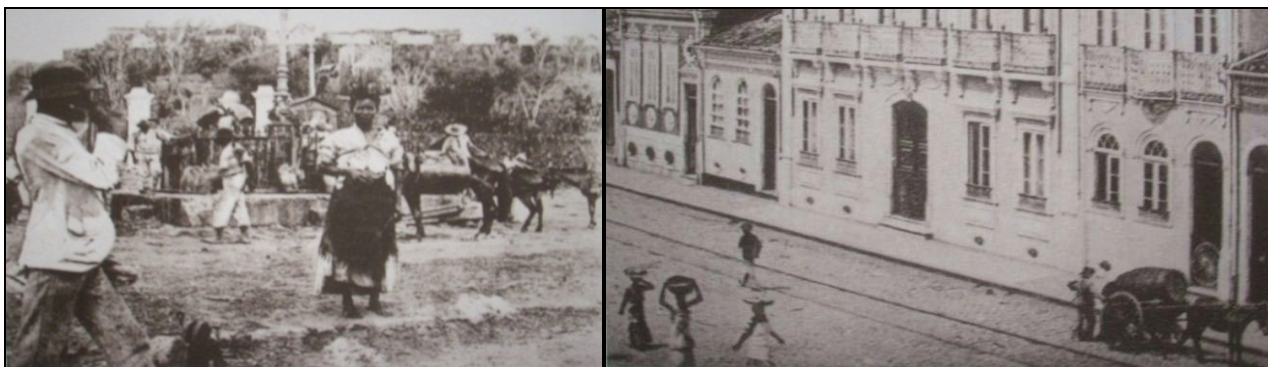
Na primeira metade do século XVIII a importância do Porto de Salvador, principal porto do Hemisfério Sul, passou a ser o principal fator de consolidação do bairro do Comércio. A cidade cresce ao longo da orla da Baía de Todos os Santos, alcançando ao Norte a Península Itapagipana e, ao Sul, a Vila do Pereira. A área urbana amplia-se em direção ao conjunto de colinas do Leste, atingindo a Mouraria, Santana e Nazaré.

Entretanto, apenas em 1829 são implantadas as primeiras redes de abastecimento de água em Salvador. Até então, chafarizes, cisternas e cacimbas foram construídos por toda a cidade. Os minadouros descobertos pela população recebiam os nomes mais pitorescos, como a Fonte do Queimado (fotografia abaixo), a da Vovó, a da Matança e a do Xixi, entre outros. À Fonte de São Gabriel eram creditadas propriedades terapêuticas e a de Santa Luzia era considerada milagrosa, capaz de curar as doenças dos olhos. Algumas fontes eram batizadas em homenagem a pessoas ilustres: a Fonte do Dr. Carvalho, a do Coronel Pedreira, a do Cônego Pereira e a do Farmacêutico Guimarães (EMBASA, 2003).



Fonte pública do Queimado
(Sampaio, 2005)

Naquele período, a água das fontes, chafarizes, cisternas e cacimbas era transportada por 'botadoras' de água e aguadeiros em potes de barro e em barris de madeira de até 80 litros, utilizando-se os lombos de animais (imagens fotográficas que se seguem). Os preços variavam de acordo com os períodos de estação chuvosa ou de secas. Uma vez nas casas, a água era armazenada em tanques, talhas, potes e moringas. A definição da localização do uso dos chafarizes era feita pelo Conselho de Vereança, formado por três vereadores indicados pelo governador. Além de definir o uso de chafarizes, pontes, calçadas e caminhos, despachava nas questões de pequenos furtos e estabelecia as taxas a serem cobradas aos artífices e comerciantes (EMBASA, 2003).

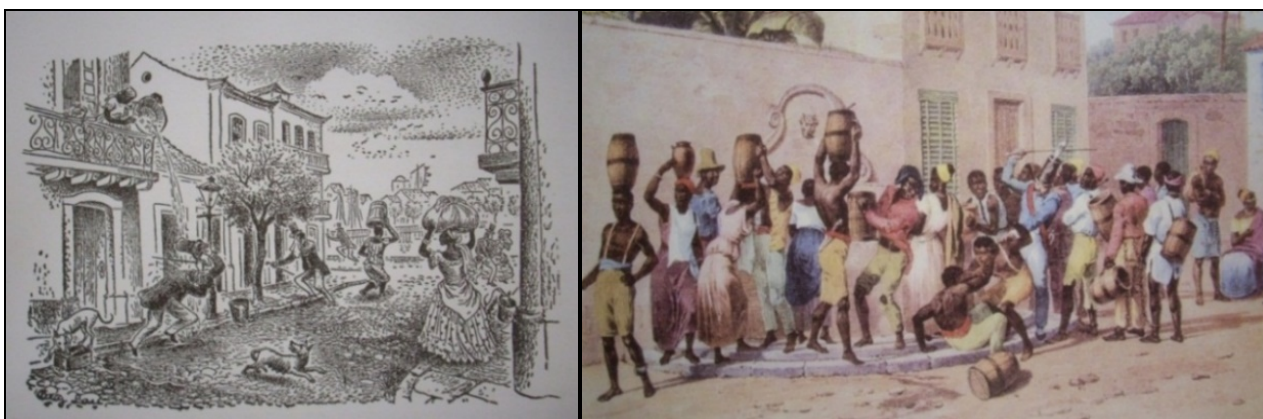


Aguadeira num chafariz público e Rua São Pedro: vendedor de água e vendedores ambulantes
(Sampaio, 2005)

Mesmo com a mudança da capital da Colônia, em 1763, para o Rio de Janeiro, Salvador permaneceu como a maior cidade e o maior porto do Brasil durante toda a primeira metade do século XIX. Assim, de acordo com Santos (1959), o bairro do Comércio se reestruturou e aos poucos se estabeleceu uma segregação funcional e econômica na cidade: a Cidade Alta corresponde à região administrativa e morada da elite; a Cidade Baixa, o Comércio, define-se como o bairro das atividades econômicas ligadas ao porto e os bairros de Itapagipe e Liberdade destinam-se à população pobre.

Na segunda metade do século XIX Salvador tornou-se a primeira cidade brasileira a industrializar-se e a modernização urbana mudou o seu modo de vida cotidiano. A cidade se espria para o Norte, Montserrat, Água de Meninos e Plataforma, e para o Sul, Vitória e Barra, assim como novas tecnologias, hábitos e paisagem são incorporados pela sua população e governo local. O transporte de pessoas que se dava pelos escravos carregando as cadeiras de arruar foi substituído pelo bonde e o carregador manual de água e dejetos foi substituído pelas redes de água e de esgoto.

Nesse período, quando a cidade possuía cerca de 60 mil habitantes, os chafarizes e fontes públicas já não mais atendiam à demanda. Segundo Sampaio (2005), a população lutava desesperadamente para ter água nas suas casas. Não havia água potável nos limites da cidade, com exceção da Fonte do Gravatá (Vilhena, 1969 apud Sampaio, 2005), em péssimo estado de conservação.



Águas servidas jogadas da varanda e transeunte protegendo-se pela passagem de um tigre, carregador manual de água e de esgoto e tumulto entre aguadeiros numa fonte pública
(Sampaio, 2005)

Foi assim que, com a finalidade de distribuir água para a população, foi criada em 1852, pelo Governo da Província, a Companhia do Queimado, cujo manancial era a represa de uma das nascentes do Rio Camarajipe, que produzia 20 mil m³/dia distribuídos por vinte e um chafarizes (Santos, 2011).



Vista geral da Companhia de Água do Queimado
(Sampaio, 2005)



Vale do Rio Camarajipe
(Santos, 2011)

Ainda assim a deficiência no abastecimento continuava e a Companhia logo iniciou a construção do reservatório da Cruz do Cosme e de um chafariz no Terreiro de Jesus (EMBASA, 2003).



Chafariz da Companhia do Queimado no Terreiro de Jesus, 1861.
(Sampaio, 2005)

Com as novas obras, houve uma redução no preço da água vendida em barris. Foram construídas casas de banho públicas e a Companhia do Queimado obriga-se a fornecer água gratuita às instituições de caridade e repartições públicas.

Com o objetivo de distribuir água para a população da Cidade Alta, a Companhia do Queimado construiu a Barragem da Mata Escura, represando o Rio Camarajipe. Da barragem, a água vinha por gravidade até a Estação de Retiro e por meio de bombeamento chegava à Estação do Queimado, onde era recalçada para o reservatório e, então, distribuída. É desse período a construção de um açude no Riacho do Prata (EMBASA, 2003).

O final do século XIX é marcado por uma reversão do processo de industrialização, pela abolição da escravatura e pela proclamação da República, situações que trazem fortes impactos no processo de urbanização de Salvador e na distribuição de sua população no território. A maior parte dos escravos, a partir de então trabalhador livre, deixa a casa dos senhores e passa a morar em vielas de distribuição de água.

3 A CIDADE DE SALVADOR ENTRA SÉCULO XX

3.1 As primeiras décadas

O alargamento da Avenida Sete de Setembro e os aterros na Cidade Baixa marcam os primeiros anos do século XX. A Estação de Trens da Calçada une o interior do Estado ao Porto de Salvador. Incrementado pelos fluxos migratórios do interior, observa-se um significativo crescimento demográfico na Cidade, que continua a se distender em direção à região Sul, Barra e Rio Vermelho. Salvador possuía cerca de 250 mil habitantes e um consumo de água *per capita* de 35l/dia, apenas 20% do necessário. Sem perspectivas de investimentos, devido à falta de recursos por parte da Companhia do Queimado, em 1904 o serviço de água de Salvador passa a ser administrado pela Intendência Municipal. O engenheiro Theodoro Sampaio inicia os estudos dos mananciais dos rios Cascão, Saboeiro, Cachoeirinha, Pituauçu, Pedras, Jaguaribe e Trobogy com vistas à reforma e ampliação do sistema (EMBASA, 2003). Concluído o relatório, foram revelados os graves problemas de saneamento na Cidade fazendo com que, em 1910, Salvador fosse abastecida com um novo serviço de água que chegava aos “subúrbios” da Barra, Rio Vermelho, Brotas, Boa Vista, Pitangueiras, Castro Neves e Tororó.

Entre 1920 e 1940, ainda segundo EMBASA (2003), a população viria a aumentar em mais de 50% e a carência de água volta mais uma vez a preocupar os governantes e a população. Nessa época, a Cidade era abastecida por um sistema que incluía a captação de água dos afluentes dos rios Camarajipe (represas do Prata, Mata Escura e do Queimado) e das Pedras (represas de Pituauçu, Cachoeirinha, Saboeiro e Cascão). Iniciou-se o controle público da ocupação do solo. A demolição da Catedral da Sé e de dois quarteirões vizinhos alterou o desenho urbano, configurando a Praça da Sé.

Em 1924 o Instituto Oswaldo Cruz publica o seguinte quadro diagnóstico das represas que abasteciam Salvador à época:

Manancial	Diagnóstico
do Queimado	Águas poluídas, provocando surtos de febre tifóide e diarreia.
Mata Escura	Necessitava filtragem.
do Prata	Água pura, do ponto de vista bacteriológico.
Saboeiro	Abandonada.
Cascão	Matas devastadas na margem.
Cachoeirinha	Uma das mais bem conservadas e defendidas.
Pituauçu	Em bom estado, por estar distante do centro urbano.

Diagnóstico das represas que abasteciam Salvador em 1924
(EMBASA, 2003)

Diante do panorama apresentado, o Governo do Estado decidiu assumir o controle da situação, contratando o engenheiro Francisco Rodrigues Saturnino de Brito, do Rio de Janeiro, para elaboração de proposta para implantação de um novo sistema de abastecimento de água para Salvador.

Nesse novo projeto, a captação passa, então, a ser feita nos rios do Cobre, Ipitanga e Jaguaribe, tendo as obras sido iniciadas em 1929. Entretanto a crise financeira desse ano provoca atrasos no planejamento e apenas em 1931 iniciou-se a construção das barragens de Ipitanga, com capacidade para armazenar 6 milhões de m³ de água, e do Cobre, com 2 milhões e 400 mil m³ (EMBASA, 2003). É nesse mesmo ano a construção da Estação de Tratamento de Água Theodoro Sampaio, no Parque da Bolandeira.

Na década de 1930 a presença de ocupações populares, localizadas próximas ao centro e nas vizinhanças consolidadas, provocou discussões sob o argumento “higienista”, de combate às áreas insalubres e aos casebres³. Essas discussões culminaram com a realização da Semana do Urbanismo de 1935, postura dos intelectuais e da elite baiana diante dos rumos da transformação urbana, quando muitos loteamentos voltados para a classe média já estavam sendo implantados, correspondendo à introdução do urbanismo moderno na Bahia (Santos, 2011).

Essa década corresponde, também, a um período de estagnação econômica, o chamado “enigma baiano”, que “[...] nasce das próprias dificuldades da Bahia numa fase letárgica do seu desenvolvimento econômico, cuja gênese primariamente decorre de sua descapitalização, [...] aliada ao deslocamento do eixo das decisões centrais do País; [...]” (Sampaio, 1999:74). Considerando certa incapacidade política e técnica local de enfrentamento do problema, intelectuais baianos, citados por Azevedo (1969) *apud* Sampaio (1999), acreditam advir daí a ideia de “enigma” a ser decifrado. Nacionalmente, a economia baiana não acompanhou a vigorosa expansão da economia cafeeira, perdendo posição para o Estado de São Paulo, condição que se acelerou com o rápido desenvolvimento das forças capitalistas de produção e de concentração do crescimento industrial naquele estado.

3.2 Década de 1940: início das transformações no cenário econômico

A situação econômica da Bahia e de Salvador, entretanto, começou a mudar entre os últimos anos da década de 1940 e o final dos anos 1950. Iniciativas estatais contribuíram para isso: a construção da usina hidrelétrica de Paulo Afonso, a implantação das atividades de extração e refino do petróleo no Recôncavo, a construção da BR-116, ligando Salvador às regiões industriais do Centro-Sul do País, e a criação do Banco do Nordeste e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

Nos anos seguintes Salvador inicia seu processo de metropolização e em 1970 foi instituída a Região Metropolitana de Salvador (RMS). Sua área urbana se amplia e sua população triplica (tabela abaixo), ocupando o território de forma ilegal, na sua maior parte, ignorando a legislação de ordenamento do uso ocupação do solo, com habitações precárias sem que fosse implantado serviços e infraestrutura necessários à qualidade socioambiental urbana.

Por outro lado, observa-se a partir de então, o fortalecimento e a participação do capital imobiliário na construção da cidade, apoiado por uma legislação permissiva, corroborando para a progressiva degradação ambiental urbana dos seus mananciais e consolidação do processo de segregação socioeconômica.

Ano/Período	População (hab)	% de crescimento sobre o período anterior	Malha urbana (ha)
1920	283.422	-	
1940	290.443	2	3.000
1950	417.235	44	-
1960	655.735	57	-
1970	1.007.195	54	-
1980	1.506.860	49	16.000
1991	2.075.273	38	-
2000	2.443.107	18	
2010	2.675.656	10	69.300
2015	2.921.087	9	69.300

População da Cidade do Salvador e malha urbana, 1920-2015
(IBGE, 1975 *apud* Gordilho-Souza, 2008 y IBGE, 2015)

³ De acordo com Brandão (1978), o combate à “desordem” das ocupações espontâneas tinha principalmente um cunho ideológico, pois, em nome da saúde pública, pregava-se a ideia de que “a pobreza se eliminaria com o desenvolvimento”. Havia no País uma expectativa de crescimento industrial, formação de um mercado de trabalho moderno e uma adequada cidade.

Com o objetivo de traçar os planos para o abastecimento de água e esgotamento sanitário da Cidade, foi criada, em 1946, a Companhia de Água e Esgoto da Cidade de Salvador – CAECS (EMBASA, 2003).

Após um período de estagnação econômica, Salvador retoma a sua atividade industrial, agora não mais limitada aos produtos de apoio à produção agrícola, mas integrada à industrialização nacional, sediada no centro-sul do País. A descoberta de petróleo em solo brasileiro pioneiramente em Salvador, no bairro do Lobato, subúrbio ferroviário, dinamiza esse novo ciclo de industrialização. Entretanto, de todos, o mais importante evento econômico do período foi, sem dúvida, a implantação da Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras, que, além da exploração de petróleo no Recôncavo, traduziu-se na construção do terminal marítimo de Madre de Deus e na implantação da Refinaria Landulpho Alves, em Mataripe – RLAM.

É importante observar que a indústria petrolífera baiana, devido à localização das fontes e reservas desse mineral na região do Recôncavo, acaba por instalar seus parques industriais em sítios naturais bastante vulneráveis, às margens da Baía de Todos os Santos.

Dando continuidade a esse processo, a implantação do Centro Industrial de Aratu – CIA, em 1966, complexo industrial multissetorial, localizado entre os municípios de Simões Filho e Candeias, e do Complexo Industrial de Camaçari – COPEC, em 1970, proporcionou o surgimento de uma classe média urbana, demandando ampliação da infraestrutura comercial e de serviços.

A atração provocada pela indústria nascente, somada à expulsão das pessoas do campo pelas secas no interior do estado e pelas crises na agricultura, em particular do setor cacauzeiro, resulta num elevado incremento populacional migratório para a capital. Segundo Brandão (1978), em meados do século XX a cidade, ainda praticamente limitada aos arredores imediatos do seu centro antigo e despreparada para esse crescimento populacional, vivencia uma forte crise habitacional. Com a propriedade concentrada em mãos de poucos proprietários, Estado, Igreja e grandes proprietários privados, e uma população migrante extremamente pobre, sem alternativas habitacionais no mercado, surgem as primeiras ocupações irregulares em terras desocupadas.

De acordo com Carvalho e Pinho (1996), interferem sobre a dinâmica da cidade e sobre a questão habitacional duas lógicas contraditórias. De um lado manifesta-se a lógica do capital e dos interesses imobiliários. De outro, revela-se a lógica da mais simples e premente necessidade de moradia, cuja estratégia mais comum utilizada é a da ocupação de terras ociosas à revelia dos seus proprietários, por ocupações irregulares, de população de baixa renda, de baixo padrão habitacional, resultado de uma apropriação ilegal do solo urbano. Santos (1959), em estudo pioneiro, revela:

De um lado, “[...] os banqueiros, os grandes exportadores e importadores, as pessoas enriquecidas pelo comércio ou pela indústria, os agricultores mais abastados, os especuladores imobiliários fazem construir palacetes ou belos e luxuosos imóveis de apartamentos nos bairros ricos da Graça e da Barra ou ocupam a fachada marítima com construções modernas em estilo funcional [...]”. Do outro lado, aqueles que “[...] aproveitam os espaços vazios sem mesmo indagar quem é o proprietário e aí constroem ‘bidonvilles’⁴, bairros inumanos onde vivem seja como for. Esses bairros são chamados invasões e o mais impressionante de todos é aquele construído sobre os manguezais aterrados com lixo na península de Itapagipe” (Santos, 1959:47).

Observa-se, na imagem fotográfica abaixo, uma imagem cruel da Cidade de Salvador, na península de Itapagipe, onde as habitações foram erguidas em palafitas.

⁴ Expressão utilizada pela primeira vez na década de 1950, no Marrocos, para referir-se a habitações pobres construídas com materiais diversos, disponíveis ou a baixo custo.



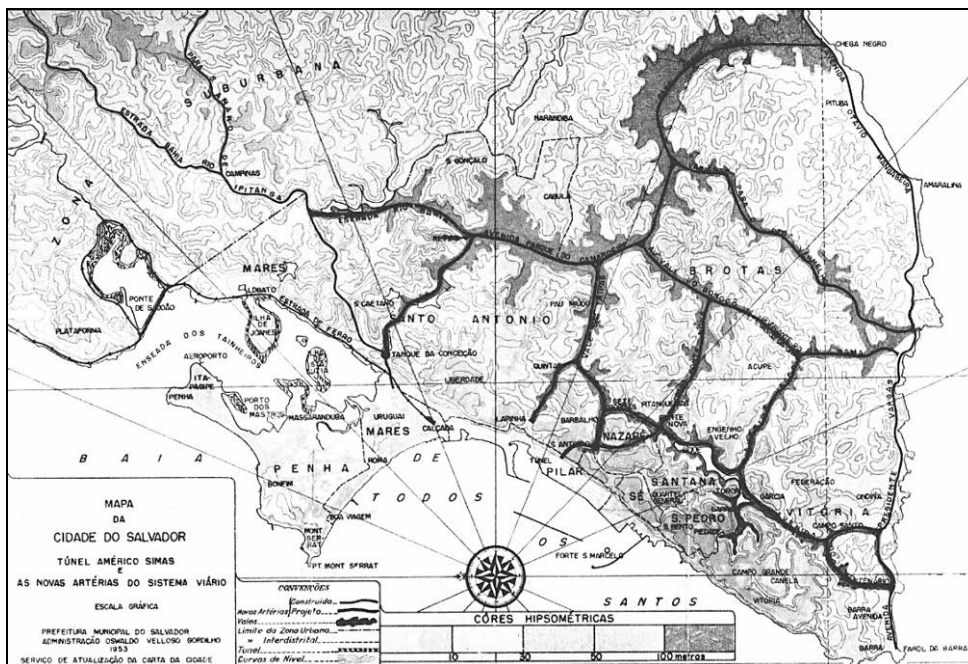
Invasão de palafitas, na Península de Itapagipe
(Sampaio, 1999)

Essa estratégia, e mesmo a legalidade, ainda segundo Carvalho e Pinho (1996), são, em certa medida, toleradas e assimiladas pelo Estado, tanto pela sua própria força e pelo reconhecimento dos imperativos da necessidade, quanto pelo fato de que os assentamentos periféricos promovem a expansão do tecido urbano, valorizando as terras intersticiais e beneficiando os seus proprietários.

Em se tratando do Município de Salvador, Gordilho-Souza (2008) identifica uma relação bastante peculiar no que se refere à questão da terra urbana: o Poder Público, no caso, a Prefeitura, tolera a ocupação em áreas pouco valorizadas e expulsa da população de baixa renda dos locais próximos às áreas valorizadas, dotadas de infraestrutura. Essa atribuição espacial, conforme citado anteriormente, acentua a segregação espacial que perdura até os dias de hoje, quando, ainda segundo a autora, registram-se cerca de 60% da população morando em áreas com escassez de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos, e baixo padrão arquitetônico, concentradas principalmente na área do Subúrbio e do Miolo da Cidade.

Diante de tal realidade em 1943, foi criado o Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador – EPUCS, dirigido pelo engenheiro Mário Leal Ferreira, onde se iniciou o trabalho de Planejamento Urbano da Cidade, envolvendo aspectos de saneamento, transporte e estética. Uma equipe multidisciplinar discutia habitação, economia, educação e saúde. O discurso liberal que, em tese, já se esboçava desde a Semana de Urbanismo de 1935, consolida-se com a proposta de desenvolvimento urbano preconizado pelo EPUCS. De acordo com Sampaio (1999), rompendo com a tradição médico-sanitarista do século XIX, o EPUCS aprofunda na cultura urbanística local um modo de pensar a cidade não mais como *locus* de ações pontuais sobre os problemas imediatos, mas na visão de um plano de urbanismo na perspectiva do “Estado do bem-estar social”.

Salvador, cidade de morfologia acidentada, constituída de sucessivas colinas e vales, era antes ocupada, quase que exclusivamente, apenas nas suas partes mais altas. Com as intervenções propostas por esse Plano, referentes à abertura das avenidas de vale, por onde passam os rios e riachos, a cidade passa a ocupar, também as suas áreas mais baixas.



Carta Topográfica de Salvador apresentando suas colinas entrecortadas por lagoas e riachos e as avenidas de vale propostas pelo Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador - EPUCS (Prefeitura Municipal de Salvador, 1953 apud Gordilho-Souza, 2008)

Com a ampliação das ligações entre localidades mais distantes, inicialmente Barra e Amaralina, e logo depois também Itapôã, amplia-se significativamente o perímetro de ocupação da Cidade, disponibilizando, assim, uma vasta quantidade de terras, pouco a pouco ocupadas por loteamentos e ocupações irregulares nas suas áreas residuais.

O trânsito passa a fluir nas áreas de baixada, anteriormente ocupadas por sítios e hortas, situadas junto às nascentes e riachos. As áreas nobres da Cidade, Vitória, Barra, Graça e Canela, são incorporadas áreas ao longo da Orla Atlântica, Ondina, Rio Vermelho, Amaralina e Pituba, enquanto a periferia da Cidade, local de moradia da população pobre, cresce em direção ao Subúrbio Ferroviário.

3.4 A cidade se transforma, nas últimas décadas do século xx

Em 1968, a Lei nº 2.18 de Reforma Urbana, alienou grande quantidade de terras da prefeitura da Cidade, principalmente na área denominada Miolo, e gerou expansão do capital imobiliário em áreas que pertenciam ao Poder Público. Inicia-se o processo de verticalização das áreas nobres, com a demolição de grandes residências e a ocupação de novas áreas ao longo da Av. Paralela e da Orla Atlântica (Brandão, 1978). A Cidade cresce rapidamente, atingindo a marca de 1 milhão de habitantes em 1970. Em relação ao abastecimento de água, os mananciais existentes logo sinalizaram a sua saturação. As represas do Queimado, Mata Escura, Prata, Cascão, Saboeiro, Cachoeirinha, Pituaçu, Cobre e Ipitanga já não mais atendiam à crescente demanda. De acordo com EMBASA (2003), a busca passa, então, a ser por mananciais localizados em áreas mais distantes (fig.13). Inicialmente, a solução estaria no rio Joanes.

Entre 1967 e 1971, um extenso programa de obras se destinou a aumentar a produção de água. Em meio a diversas ações, destacam-se: a construção da Barragem de Ipitanga III e o sistema de Santa Helena, no rio Jacuípe para abastecer o Centro Industrial de Aratu – CIA, implantado na década de 60; a Usina Siderúrgica da Bahia – USIBA, no município de Simões Filho, e, mais tarde, nos anos de 1970, o Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC, situado no município de Camaçari.



Mapa de localização dos mananciais de abastecimento de Salvador e Região Metropolitana (Bahia, 2004)

Segundo Santos (2011), no que se refere ao abastecimento de água e à expansão urbana, a década de 1970 é marcada pela criação da EMBASA e pela instituição da Região Metropolitana de Salvador- RMS, reconhecida como área estratégica em termos políticos e econômicos para o desenvolvimento industrial da região, de modo particular, e em termos gerais, do Brasil. Também conhecida como a grande Salvador, a RMS compreendia os municípios sob a influência de Salvador como Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Simões Filho, Lauro de Freitas, Madre de Deus, São Francisco do Conde, entre outros.

O Plano Nacional de Saneamento – PLANASA definia que cada estado deveria ter o seu órgão central para condução da área de saneamento. Assim, surge a EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A, sociedade de economia mista de capital autorizado, tendo o Governo do Estado como principal acionista (EMBASA, 2003).

Realizado entre 1976 e 1979, o Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Salvador – PLANDURB sucede o EPUCS na tentativa de planejar a cidade, propondo-se a definir o seu modelo de ocupação territorial, de forma mais concentrada, aproveitando os vazios e infraestrutura existente.

Estudos de Sampaio (1999:164) indicam que o PLANDURB era direcionado a um planejamento mais voltado para um “discurso social”, “admitindo claramente as disparidades de renda e as desigualdades sociais que se espalhavam no território urbano da metrópole”. Buscava, assim, resgatar a noção de processo de planejamento instituído pelo EPUCS e desconsiderada no discurso do Plano do CIA,⁵ etapa imediatamente pós-EPUCS.

[...] a concepção espacial do PLANDURB elege, como variáveis estratégicas de ação e planejamento, por um lado, a preservação ambiental (Imagem, Áreas Verdes, Sítio Urbano etc.), incluindo o meio-natural e o meio-construído e, por outro lado, a circulação urbana e transporte, privilegiando no enfoque metodológico a distribuição espacial da população e do emprego (Sampaio, 1999:255).

⁵ Plano do CIA (década de 1960) surge no âmbito de uma proposta de desenvolvimento econômico e industrial para a Bahia. Propõe a implantação de novos polos industriais nos municípios vizinhos a Salvador (que viriam a constituir a RMS a partir de 1973), “ficando a metrópole como área de preservação do patrimônio histórico, paisagístico e cultural, com ênfase para o turismo e terciário moderno como funções básicas da cidade” (Sampaio, 1999:164).

A abertura da Avenida Luís Viana Filho (Paralela) estabeleceu um novo polo de crescimento para a Cidade. A construção do Centro Administrativo da Bahia – CAB representou o início de um período de decadência do bairro do Comércio. A verticalização de algumas áreas conferiu à Cidade feições de metrópole moderna, com suas vias de circulação rápida. A indústria do turismo desenvolve-se, com a implantação de hotéis na Orla da Cidade. A partir da construção da Barragem de Pedra do Cavalo, em 1989 (EMBASA, 2003), Salvador passa a ter abastecimento regular, com produção de água superior à sua demanda.



Represa de Pedra do Cavalo
(Santos, 2011)

De acordo com Emiliano José (1983), entretanto, interesses dos grandes grupos monopolistas prevaleceram sobre aqueles de natureza social, ambiental e mesmo econômica⁶ na decisão pela construção de Pedra do Cavalo, tão distante barragem, quando o objetivo é o abastecimento de água da RMS. Segundo o autor, o Plano Diretor de Abastecimento de Água e Controle da Poluição da Grande Salvador, elaborado na década de 1970, estabelecia que o abastecimento de água da Região Metropolitana de Salvador (RMS) estava assegurado graças aos mananciais em operação: Ipitanga e Joanes, além da com a construção da barragem de Santa Helena, no rio Jacuípe, e com a possível utilização do rio Pojuca.

Todavia, na realidade, o rio Pojuca foi descartado. A construção da barragem de Santa Helena enfrentou obstáculos de naturezas diversas. A existência de água no subsolo da região situada entre Camaçari e São Sebastião do Passé, e para o Norte, até Alagoinhas, num volume estimado de 1,2 bilhões de metros cúbicos de água de excelente qualidade, foi desconsiderada. Assim, em novembro de 1979, numa decisão eminentemente política, o Governo do Estado decidiu pela adução da água de Pedra do Cavalo para abastecer a RMS (Santos, 2011).

Entretanto não era de mais água bruta que Salvador necessitava para resolver o problema de abastecimento da sua população, mas de água tratada, cuja quantidade distribuída à época, ainda segundo Emiliano José (1983), era insuficiente devido à incapacidade operacional da EMBASA, à baixa capacidade do parque de tratamento de água bruta, dos seus reservatórios e das linhas de distribuição. Se até a década de 1970, 70% da área do Município encontravam-se desocupadas, nas décadas finais do século XX, desconsideradas as áreas de preservação ambiental, a intensidade da ocupação levou a área urbana quase à saturação.

Data desse período a construção de dezenas de conjuntos habitacionais pelo então Banco Nacional de Habitação – BNH, na área denominada Miolo. Durante a década de 1960, mesmo com a melhoria na

⁶ A água aduzida para Salvador apresentaria, a preço do mercado, um balanço negativo durante os 16 primeiros anos (EMBASA, 2003).

capacidade de consumo da população brasileira, Salvador possuía um contraste social que englobava a maior parte da sua população

Ao longo dos últimos vinte anos, houve melhoras no nível de vida da população: depois de SM; "Em 1961/62, observa-se que mais da metade da população de Salvador não chegava a ganhar 3 SM (tradução nossa) (Mariano da Silva, 1985).

Segundo Mariano da Silva e Cloux (2013) o Banco Nacional de Habitação (BNH), criado para atender a população de baixa renda, concentrou suas ações entre a década de 60 e 70 na população com rendimento entre 3 e 5 salários, excluindo as faixas mais carentes. Pode-se perceber que o crescente ritmo decrescente de construção de moradias pelo BNH em virtude da crise pelo esgotamento da capacidade de endividamento do estado brasileiro, até a década de 1980, quando é extinto e a responsabilidade pela produção da habitação para as classes de renda excluída do mercado passa a ser da Caixa Econômica Federal (CEF).

4 O SÉCULO XXI E A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL NOS MANANCIAIS DE ABASTECIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DA SALVADOR - RMS

Em 2004, Salvador e sua Região Metropolitana contam com uma população de cerca de 3 milhões de habitantes, segundo projeções do IBGE (2011). O sistema que abastecia a cidade era integrado a Lauro de Freitas, Simões Filho, Candeias, Madre de Deus e São Francisco do Conde. Seus principais mananciais eram os rios Paraguaçu ($7m^3/s$), Joanes ($5m^3/s$), Jacuípe ($10m^3/s$), Ipitanga com suas três barragens ($1,0m^3/s$), além de Pituaçu e Cobre (80 e $200l/s$) (BAHIA, 2004), conforme apresentado na fig. 14. O diagrama de participação desses mananciais no abastecimento da RMS, à época.

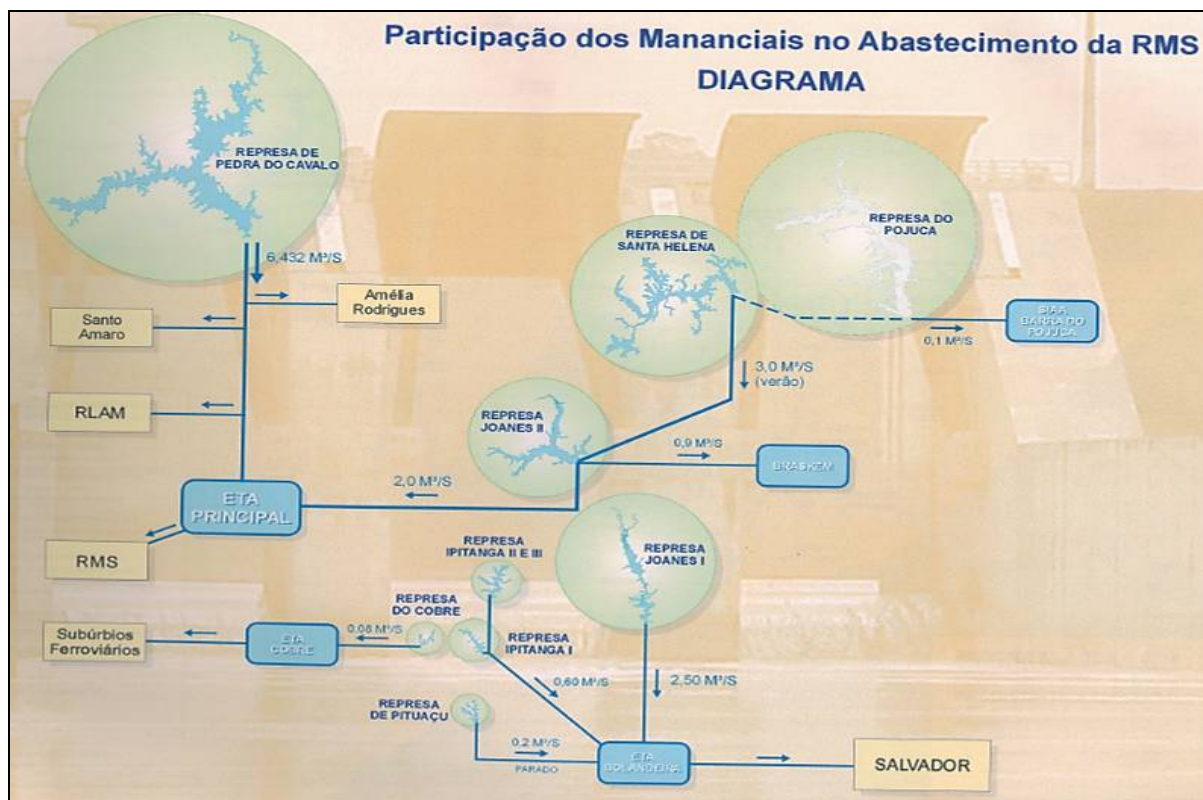


Diagrama de participação dos mananciais no abastecimento da Região Metropolitana da Salvador - RMS, em 2004 (Bahia, 2004).

Pedra do Cavalo, Santa Helena e as duas represas do Joanes teriam capacidade para atender à expansão demográfica da Região Metropolitana e aos Polos Industriais instalados na área, segundo EMBASA (2003). Segundo relato de técnico da EMBASA, (Santos, 2011), entretanto, caso se mantenha, o atual padrão de uso e ocupação do solo no entorno dos mananciais atualmente utilizados para abastecimento de Salvador e Região Metropolitana os tornará inviáveis. Fato que se agrava, ainda segundo o profissional, devido à ausência de alternativas, considerando não apenas a quantidade e a qualidade da água a ser captada, mas também a sua distância em relação aos pontos de abastecimento.

Sobre os mananciais utilizados no século passado, sabe-se que as Represas de Mata Escura e Prata se encontram desativadas e contaminadas pela inexistência de saneamento básico nos seus respectivos entorno. A Represa do Cobre, também fora de operação, pode ser reintegrada ao sistema, no período de verão, na eventualidade de problemas técnicos envolvendo as represas do Ipitanga e Pedra do Cavalo, apenas para abastecimento de parte do Subúrbio Ferroviário. Afirma também que, para a EMBASA, esses mananciais representam, hoje, um enorme passivo ambiental. Integralizados ao patrimônio da Empresa, quando da sua criação, foram recentemente oferecidos à Prefeitura Municipal de Salvador para a implantação de Parques que atendessem à população. A recusa veio com o argumento do reconhecimento da sua incapacidade de gestão, mesmo dos parques atualmente existentes na Cidade, e com acenos ao mercado imobiliário que, após avaliação, teriam indicado elevados valores financeiros para a área.

Quanto ao Ipitanga, continua em operação, ainda que em menor escala, mas exige grande esforço para a preservação de sua bacia. As pressões da expansão urbana sobre a sua área de influência têm origem nos três Municípios que a compõem: Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho. As Prefeituras desses Municípios, por outro lado, “são omissas”, conforme afirma o técnico da EMBASA, “e não evitam a ocupação da área, que deveria ser preservada”.

O Relatório Final do Programa de Recuperação e Preservação de Mananciais de abastecimento de Água da Região Metropolitana de Salvador, Bahia (2004), resume os principais problemas ambientais identificados na área de influência desses mananciais: o lançamento de efluentes urbanos e industriais, a disposição inadequada de resíduos sólidos, a ocupação irregular e o conflito de uso, os processos erosivos e o assoreamento, as inundações a jusante e os riscos de acidente com derramamento de produtos químicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A qualidade da água consumida na cidade de Salvador e seu entorno revela um processo de urbanização perversa, marcada pela exclusão social e pela degradação ambiental.

As políticas públicas voltadas para o saneamento básico e à proteção do meio ambiente não acompanharam a expansão urbana e, apesar de existirem muitas medidas legais, muitas delas são simplesmente ignoradas, ou mesmo impossíveis de serem postas em prática.

A impermeabilização do solo, resultante de ocupação espontânea e desordenada, sem observar a legislação urbanística, bem como a pressão que exerce o mercado imobiliário, resulta na ocupação indevida de áreas de grande fragilidade ambiental.

Observa-se que existe um comprometimento da qualidade ambiental dos mananciais que abastecem a Região Metropolitana de Salvador dado, entre outros fatores, ao lançamento de esgoto a céu aberto, diretamente nos córregos e nos rios que cortam as áreas urbanas, além do despejo de resíduos sólidos, dejetos e águas pluviais.

Constata-se, portanto, a inexistência de políticas inclusivas e uma fiscalização efetiva dos órgãos competentes, além de uma regulação permissiva, fatos que contribuem para que a Cidade de Salvador, ao longo dos séculos, padeça de uma progressiva baixa de qualidade sócio-ambiental, contrariando os princípios universais de direito à água.

6 BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, I. M. M. y PINHO, J. A. G. (1996). *Duas lógicas em confronto: solo urbano e moradia em Salvador*. En L. C. Q. RIBEIRO y S. AZEVEDO (comps.). *A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana*. Rio de Janeiro: UFRJ.

GORDILHO-SOUZA, A. M. (2008). *Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. 2. ed. Salvador: EDUFBA.

MARIANO DA SILVA, L. F. (1985). *Le processus d'industrialisations et ses effets sur la politique du logement à Salvador*. Paris: Tese de doutorado (3º ciclo) apresentada no IHEAL /Paris III.

MARIANO DA SILVA, L. F. y CLOUX, R. F. (2013). *Um breve panorama das políticas públicas e atuações dos órgãos estatais na área de habitação na cidade de Salvador (Bahia – Brasil) na década de 1960*. En R. F. CLOUX y I. F. C. MELO (comps.) *Sete esquinas: panoramas socioculturais nas ciências humanas* (105-138) Salvador: Kawo-Kabiyesile.

SAMPAIO, A. H. L. *Formas urbanas: cidade real & cidade ideal*. (1999). Salvador: Quarteto.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. (2005). Rio de Janeiro: Versal.

SANTOS, C. M. S. *Manancial do Ipitanga, a Última Fronteira na Expansão Urbana de Salvador: o Urbano e o Ambiental na Perspectiva do Direito à Cidade* (2011). Salvador: Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia.

SANTOS, M. (1959). *O centro da cidade do Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Livraria Progresso.

Revistas

BRANDÃO, M. D. A. *Origens da expansão periférica de Salvador*. (1978). En BAHIA, Governo do Estado. *Revista Planejamento (Salvador: SEPLANTEC/CPE)*. v. 6, n. 2, 86-102.

EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento (2003). *Livro das Águas: história do abastecimento de água em Salvador*. 2. ed. Salvador: EMBASA.

JOSÉ, E. *A Barragem de Pedra do Cavalo na Bahia* (1983). Em *Caderno do CEAS (Salvador)*, n 86, jul./ago. 8-21.

UFBA - Universidade Federal da Bahia (1998). *Evolução física de Salvador: 1549 a 1800*. Salvador: Pallotti-CEAB / Fundação Gregório de Mattos.

Leis e Decretos

Bahia. Governo do Estado (2004). *Programa de recuperação e preservação de mananciais de abastecimento de água da Região Metropolitana de Salvador – RMS. Relatório Final*. Salvador: SEDUR/SEMARH.

Salvador. Prefeitura Municipal. Lei 2.181 / 1968. *Reforma Urbana*. Disponível em <http://www.sucom.ba.gov.br/>. (Consulta: 12/11/2015).

Fontes eletrônicas

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Dados históricos dos Censos (1975, 2005 e 2011)*. <http://www.sidra.ibge.gov.br> (Consulta: 12/11/2015).